

Planalto confirma imigração mas não diz de qual país

Das Sucurais

O subsecretário de imprensa do Palácio do Planalto, Alexandre Garcia, reafirmou ontem "a intenção, não um plano, de um determinado país, que não é o Japão", em estimular uma corrente imigratória de 10 milhões de pessoas para o Brasil.

Enquanto isso, no Palácio do Itamarati, porta-voz da chancelaria, Bernardo Pericás, afirmava que "não existe, por parte do governo brasileiro, nenhum compromisso de autorizar a imigração de japoneses para fins de execução do projeto de desenvolvimento do Cerrado".

A Embaixada do Japão estará solicitando hoje ao Planalto e ao Itamarati informações sobre as notícias da vinda de 10 milhões de imigrantes japoneses, vinculada ao desenvolvimento de projetos de cooperação entre o Brasil e o Japão para desenvolvimento nos setores agropecuário e de mineração.

"Sei da existência do projeto para o Cerrado, mas desconheço que se vincule à imigração", disse Garcia.

Um repórter lembrou que, mantida suas declarações sobre o astronômico número de imigrantes, mais as especulações relacionadas com projeto de colonização japonesa, o número superaria os 10 milhões.

"E — confirmou Garcia com ironia — se forem 10 milhões de japoneses, então, teremos 20 milhões de pessoas querendo entrar no País."

A seu lado, o ministro Saíd Farhat, das Comunicações Sociais, procurou esfriar a discussão afirmando que Alexandre Garcia havia se referido a estes números de passagem quando defendia o novo Estatuto dos Estrangeiros. "É tal a ordem de grandeza, seria um projeto de tamanha envergadura, que não pode ser tratado com esta ligeireza", disse Farhat. Garcia pediu, então, licença para lembrar que "o projeto do Cerrado é uma coisa séria e agora está sendo discutido com uma certa dose emocional".

Bernardo Pericás, por sua vez, afirma que o governo brasileiro não vinculou a possibilidade de se promover a vinda de imigrantes japoneses nos projetos de cooperação entre o Brasil e o Japão.

O porta-voz do Itamarati começou a entrevista à imprensa negando a existência de um projeto específico para a industrialização do álcool a partir da mandioca, pois "houve apenas uma missão japonesa de caráter exploratório".

Depois, ao falar sobre Carajás, afirmou que existe o pedido de cooperação técnica da parte brasileira e algumas idéias de financiamento e corredor de exportações. "Mas não há envolvimento de aproveitamento de mão-de-obra japonesa", garantiu.

Quanto ao projeto do Cerrado, Pericás afirma que "não existe no projeto nenhuma previsão de importação de mão-de-obra estrangeira, e não existe, por parte do governo brasileiro, o compromisso de autorizar imigração para fins de execução do projeto".

"Ao contrário, o governo brasileiro não considera tão necessária a imigração estrangeira" e, por isso, "está limitando apenas os setores especializados".

Para completar, o Itamarati divulgou os dados da imigração japonesa para o Brasil nos últimos anos: entre 1975 e 78, 4915 japoneses receberam visto para permanecer como imigrantes em território brasileiro. Em 1979, 172 colonos com suas famílias foram autorizados a vir para o Brasil.

Na Embaixada do Japão, em Brasília, os diplomatas não confirmaram a vinda de 10 milhões de imigrantes japoneses, e hoje estarão no Planalto e no Itamarati pedindo informações a respeito do assunto.

Lembram os diplomatas, no entanto, a existência de um acordo de imigração estabelecido em 1963 entre o Brasil e o Japão. E acrescentam que a corrente migratória japonesa diminuiu nestes últimos anos, pois "o desenvolvimento econômico brasileiro está hoje num nível que necessita apenas de mão-de-obra especializada e, por outro lado, o Japão tem hoje menos problemas de desemprego, e assim, menos candidatos a imigrar".

Quanto ao projeto de cooperação agropecuária na região do cerrado brasileiro, diplomatas japoneses afirmam que a idéia de expansão da área do projeto surgiu entre autoridades do governo brasileiro, e não da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), que deverá executá-lo.

"Para o governo japonês, acrescentaram, "o importante é ver os resultados do projeto-piloto, e depois pensar como vai ser o futuro".

MÃO-DE-OBRA

Em Belo Horizonte, o presidente da Campo-Cia. de Promoção Agrícola, Paulo Afonso Romano, garantiu que a sua empresa não financiará "produtores nem se utilizará de mão-de-obra estrangeira em nenhum dos seus projetos de colonização dos cerrados".

Um novo atestado para estrangeiros

A partir da entrada da nova Lei dos Estrangeiros em vigor, o governo vai exigir um atestado adicional pelo qual o interessado comprove não ter sido denunciado, pronunciado ou condenado a mais de um ano, por crime doloso em seu país e no Brasil.

Essa exigência, segundo Alexandre Garcia, subsecretário de imprensa do Planalto, será feita a todos os processos em andamento e aos que forem requeridos após a entrada da lei em vigor. Isso porque o artigo 135 exige que os processos sigam os trâmites da nova lei e esta, pelo artigo III, inciso 7, pede essa comprovação.

Garcia explicou que a exigência é apenas para aqueles que queiram se naturalizar, "porque, quando a lei entrar em vigor, terminará definitivamente o que hoje existe e pelo que se cobra até Cr\$ 100 mil ilegalmente: a transformação do visto de turista em visto permanente".

Até ontem à tarde, o texto da Lei dos Estrangeiros aprovado por decurso de prazo pelo Congresso Nacional e com os autógrafos ainda não havia chegado ao Palácio do Planalto para a sanção presidencial.

O prazo previsto para a sanção é de 15 dias após a aprovação pelo Congresso. O ministro da Comunicação Social, Saíd Farhat, explicou que a lei será sancionada dentro do prazo, entrando imediatamente em vigor.

PMDB debaterá hoje o assunto

O colégio de líderes do PMDB na Câmara reúne-se na manhã de hoje para examinar a posição que será adotada pelo partido diante da questão dos projetos japoneses de exploração de terras brasileiras; discutir a idéia de uma proposta conjunta dos partidos de oposição com vistas a um novo Estatuto dos Estrangeiros e analisar possíveis relações entre os projetos japoneses e o estatuto aprovado pelo Congresso na semana passada, por decurso de prazo.

Domingo passado, o vice-líder Marcondes Gadelha havia anunciado que o partido iria interpelar o governo quanto à procedência das notícias sobre a vinda de 10 milhões de japoneses para o País. Embora o porta-voz da presidência, Alexandre Garcia, tenha confirmado que essa previsão existe, o PMDB preferiu aguardar a reação de outras fontes do governo para melhor se posicionar diante do problema, inclusive sobre a forma da interpelação.

O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, que está de posse de uma cópia, em inglês, do estudo da Jica, (Japan International Cooperation Agency), afirmou que há indícios de vinculação do ministro do Planejamento, Delfim Neto, a esse projeto, lembrando, a propósito, que sua elaboração ocorreu, coincidentemente, quando o ministro passou a falar em "encher a panela do povo".

"Esse assunto não pode ser tratado sem amplo debate nacional, principalmente se considerarmos que o projeto dos Cerrados visa exclusivamente à exportação da produção, além de desconhecimento do objetivo social que envolve a área. Enquanto o produtor nacional está desestimulado, com produtos sem segurança de teto de preço, sem crédito, vemos a Amazônia rateada, na sua maior parte, entre estrangeiros."

Para o senador Jaison Barreto, independentemente do número de imigrantes previstos nos projetos, "o condenável no caso é a manutenção de uma política de exportação agrícola, vinculada a interesses estrangeiros, que aumenta a já intolerável dependência do País".

"Cego e surdo às propostas de reforma agrária verdadeira, que partem de todos os setores responsáveis, o presidente Figueiredo reclama sugestões, enquanto atende à orientação dos técnicos-burocratas que, desesperados, entregam o País, na tentativa de fugir ao fracasso evidente do modelo que sustentaram até agora."

Acentua o senador oposicionista que "esse comportamento garante a continuação do êxodo rural, o aumento do número de "bóias-frias", o modelo exportador que leva à desnutrição da nossa gente, dentro de um processo de comercialização que só favorece a outros povos".